



**2º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2019
DIREITO**

PROCURADORIA DA REPÙBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA**, compostas por vinte questões objetivas e uma questão dissertativa..

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início**.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (<http://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco>) no dia 04/10/2019, após as 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (www.prdf.mpf.gov.br), devendo ser protocolado no Edifício Sede da Procuradoria da Repùblica no Distrito Federal, situado na Avenida L2-Sul Q. 603/604, Lote-23, no Setor de Gestão Documental- SGD, das 11h às 17h.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

1. O Ministério Pùblico é função essencial à Justiça, nos termos da Constituição de 1988. Sobre a instituição, é CORRETO dizer:

- (a) São princípios institucionais do Ministério Pùblico a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, de modo que Procuradores da Repùblica e Promotores de Justiça podem se substituir na atuação processual.
- (b) Ministério Pùblico Federal, Ministério Pùblico do Trabalho e Ministério Pùblico Militar fazem parte do Ministério Pùblico da União.
- (c) O Ministério Pùblico do Distrito Federal e Territórios não integra o Ministério Pùblico da União.
- (d) O Procurador-Geral da Repùblica é chefe do Ministério Pùblico da União e dos Ministérios Pùblicos dos Estados.
- (e) A inamovibilidade é uma garantia absoluta do membro do Ministério Pùblico.

2. Entre as funções institucionais do Ministério Pùblico, descritas na Constituição de 1988, estão:

- (a) promover, exclusivamente, a ação penal pública.
- (b) promover, exclusivamente, a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social.
- (c) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (d) exercer a consultoria jurídica de entidades públicas.
- (e) ordenar a prisão temporária dos investigados.

3. A Constituição de 1988 consagrou, entre os direitos e garantias fundamentais de primeira geração, os seguintes, EXCETO:

- (a) a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica

e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

- (b) a inviolabilidade do sigilo da correspondência e das comunicações telegáficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (c) o direito de petição aos Poderes Pùblicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (d) a liberdade de exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que não contrários à moral e aos bons costumes, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (e) a igualdade de todos perante a lei.

4. Sobre o direito à saúde, inscrito no Título da Ordem Social, da Constituição de 1988, é INCORRETO afirmar:

- (a) O Sistema Único de Saúde tem, entre suas diretrizes, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- (b) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, desde que sem fins lucrativos;
- (c) A União deve aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% de sua receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.
- (d) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- (e) Compete também ao Sistema Único de Saúde participar da formulação da

política e da execução das ações de saneamento básico.

5. Sobre o meio ambiente, nos termos da Constituição Federal de 1988, é CORRETO dizer:

- (a) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, mas sua preservação deve ser ponderada com as necessidades de desenvolvimento do país;
- (b) é dever do poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas através de decreto do chefe do poder executivo;
- (c) a exigência de estudo prévio de impacto ambiental, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, pode ser dispensada pelo poder público, por motivo de conveniência e oportunidade;
- (d) a Constituição consagra o princípio do poluidor-pagador, na medida em que aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- (e) a Floresta Amazônica brasileira e a Mata Atlântica são os dois únicos grandes biomas definidos como patrimônio nacional pela Constituição Federal.

6. Assinale a alternativa que NÃO se caracteriza como Administração Pública Indireta:

- a) Correios
- b) Advocacia-Geral da União (AGU)
- c) Agência Nacional do Cinema (ANCINE)
- d) Universidade de Brasília (UnB)
- e) Banco Central (BACEN)

7. Assinale a alternativa em que o gênero de vício do ato administrativo NÃO abrange o exemplo especificado:

- a) vício de competência: ato de improbidade
- b) vício formal: ofensa ao procedimento
- c) vício de motivo: equívoco quanto à ocorrência dos fatos
- d) vício de conteúdo: ofensa a direitos fundamentais
- e) vício de finalidade: remoção de servidor com intenção de puni-lo

8. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São princípios constitucionais da Administração Pública a legalidade, a imparcialidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
- b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerce.
- c) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear, mediante ação popular, a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União.
- d) São princípios da Administração Pública previstos em lei a razoabilidade, a proporcionalidade, a moralidade, a segurança jurídica e o interesse público.
- e) Não constitui ato de improbidade administrativa a mera infração a princípios da administração pública, como os deveres de honestidade, imparcialidade e lealdade às instituições.

9. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A capacidade civil dos indígenas deve ser aferida conforme sua integração à sociedade.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- d) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) É vedado o casamento aos menores.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Partido político é pessoa jurídica de direito público.
- b) A criação de organização religiosa está sujeita ao reconhecimento e registro de seus atos constitutivos pelo poder público.
- c) Os direitos da personalidade cessam com a morte, não podendo se falar em ameaça, lesão, e reparação por perdas e danos em relação a eles.
- d) É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, sendo, entretanto, admitido para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.
- e) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, não se aplicando essa proteção ao pseudônimo.

11. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

- b) Não se aplica a interpretação dos negócios conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração, devendo-se aplicar apenas o disposto nas normas jurídicas.
- c) Os bens públicos estão sujeitos à usucapião.
- d) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância.
- e) Consideram-se coação a ameaça do exercício normal de um direito e o temor reverencial.

12. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Decorre do princípio do juiz natural que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- b) A todos, no âmbito judicial, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- c) Iniciada a litispendência, fica precluída a solução consensual do conflito.
- d) São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Suspende-se o processo nas hipóteses previstas em lei, sendo vedada sua suspensão pela mera convenção das partes.
- b) Proposta a ação, fica vedada a alteração do pedido ou da causa de pedir.
- c) Ainda que haja revelia do autor, a presunção da ampla defesa veda a presunção de veracidade das

alegações de fato formuladas pelo autor.

- d) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
e) Os atos processuais são sempre públicos.

14. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitada em julgado.
b) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando o conjunto das partes de uma abrange a(s) parte(s) da outra.
c) Há litispendência quando se repete ação que está em curso.
d) Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
e) Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.

15. É de competência federal a persecução dos seguintes crimes, EXCETO:

- a) crimes praticados contra bens das sociedades de economia mista federais, como o Banco do Brasil.
b) o crime de moeda falsa, previsto no art. 289 do Código Penal.
c) os crimes praticados contra serviços das empresas públicas federais, como a Caixa Econômica Federal.
d) o crime de tráfico internacional de drogas, previsto no art. 33 c/c art. 40, I, da Lei nº 11.343/2006.
e) o crime de corrupção praticado por servidor público do INSS no exercício de suas funções.

16. Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso em sentido estrito não admite juízo de reconsideração.
b) Cabe apelação contra a decisão que não recebe a denúncia ou a queixa.
c) Não cabe recurso de apelação contra decisões do Tribunal do Júri, por força do princípio da soberania dos veredictos.
d) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que decreta a prescrição.
e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

17. Sobre os temas *inquérito policial* e *ação penal*, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em se tratando de inquérito policial que tramita em sigilo, o defensor não tem direito de acesso aos elementos de prova que, já documentados nos autos, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
b) No direito brasileiro, em razão da incidência do princípio do contraditório, a defesa do investigado deve ser informada de todos os atos de investigação que ainda serão realizados no inquérito policial, a fim de garantir-lhe o direito à manifestação prévia.
c) Não cabe ação penal privada subsidiária da pública quando o Ministério Pùblico requer o arquivamento do inquérito policial no prazo devido, uma vez que não se está diante de uma omissão do titular da ação penal pública.
d) De acordo com o Código de Processo Penal, o Ministério Pùblico poderá desistir da ação penal pública.
e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

18. Sobre as causas de extinção da punibilidade previstas na legislação

brasileira, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Nos crimes permanentes, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que cessou a permanência.
- b) A prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada em abstrato ao crime.
- c) A renúncia ao direito de queixa é uma das causas de extinção da punibilidade.
- d) No benefício da suspensão condicional do processo, previsto no art. 89 da Lei nº 9.099/95, tendo o acusado cumprido as condições fixadas e uma vez expirado o período de prova sem a revogação do benefício, o Juiz declarará extinta a punibilidade do crime.
- e) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

19. A respeito dos crimes contra o patrimônio, marque a alternativa CORRETA:

- a) No crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Código Penal, o pagamento integral do débito implicará a extinção da punibilidade do delito.
- b) A conduta de deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal, caracteriza o crime de estelionato qualificado, previsto do art. 171, § 3º, do Código Penal.
- c) O crime de estelionato consuma-se no momento em que o agente emprega o meio fraudulento contra a vítima,

ainda que não consiga obter a vantagem ilícita pretendida.

- d) É pacífico na jurisprudência atualizada o entendimento de que o crime de roubo somente se consuma quando o autor logra a posse mansa e pacífica do objeto do delito.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) O conceito de funcionário público para fins penais, previsto no art. 327 do Código Penal, inclui o sujeito que exerce cargo público, mas não contempla aquele que ocupa um emprego público.
- b) O ato de aceitar promessa de vantagem indevida, praticado por um servidor público em razão de sua função, caracteriza o crime de corrupção passiva, mesmo que não ocorra o efetivo recebimento da vantagem.
- c) A importação irregular de grande quantidade de equipamentos smartphones da marca Apple – Iphone dos Estados Unidos, iludindo o pagamento dos tributos devidos pela entrada das mercadorias no território brasileiro, caracteriza, em tese, o crime de contrabando, previsto no art. 334-A do Código Penal.
- d) Pratica o crime de concussão, descrito no art. 316 do Código Penal, quem retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

PROVA SUBJETIVA

Leia a seguir a **tese** fixada pelo Supremo Tribunal Federal, por maioria, na ação direta de constitucionalidade por omissão ADO 26, em 13/6/2019, e elabore texto, atendendo aos critérios apresentados em seguida. Os textos legais referidos estão transcritos ao final desta questão.

1. **Até que sobrevenha** lei emanada do Congresso Nacional **destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe** (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “*in fine*”);

2. **A repressão penal à prática da homotransfobia não alcança nem restringe ou limita o exercício da liberdade religiosa, qualquer que seja a denominação confessional professada, a cujos fiéis e ministros (sacerdotes, pastores, rabinos, mulás ou clérigos muçulmanos e líderes ou celebrantes das religiões afro-brasileiras, entre outros) é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas**

convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, bem assim o de ensinar segundo sua orientação doutrinária e/ou teológica, podendo buscar e conquistar prosélitos e praticar os atos de culto e respectiva liturgia, independentemente do espaço, público ou privado, de sua atuação individual ou coletiva, desde que tais manifestações não configurem discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero;

3. O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.

Com base na tese do julgamento, transcrita acima, elabore texto objetivo, abordando os seguintes aspectos:

- a) Na sua opinião, a tese do Supremo Tribunal Federal infringe o princípio da tipicidade no Direito Penal? Explique fundamentadamente.
- b) O item 2 da tese diz respeito a conflito de normas ou específica elemento do tipo penal incriminador? Fundamente.

Nota:

a) Constituição. Art. 5º. **XLI** - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; **XLII** - a prática do **racismo** constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

b) A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de **raça**, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

c) Código Penal.

Homicídio simples.

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado.

§ 2º Se o homicídio é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; (...)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

[PROVA SUBJETIVA - RASCUNHO]

1	
5	
10	
15	
20	